

CONTRATO DE PARCERIA

Considerando que:

- I. O Espaço Económico Europeu (EEA) é composto pelos estados membros da União Europeia e 3 países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) – Islândia, Lichtensteine e Noruega – que partilham o mesmo Mercado Interno.
- II. Através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEFE) 2009-2014, no âmbito dos *European Economic Area Grants* (EEA Grants), a Noruega, a Islândia e o Lichtensteine, na qualidade de estados doadores, financiam, em 16 estados membros da União Europeia, iniciativas e projetos em diversas áreas programáticas, com vista a reduzir as disparidades económicas e sociais e reforçar as relações bilaterais entre os estados doadores e os estados beneficiários.
- III. Sob a égide do Protocolo 38B ao Acordo para o Espaço Económico Europeu para o mecanismo financeiro com o horizonte temporal 2009-2014 (EEA Grants 2009-2014), os países doadores celebraram com o Estado Português um Memorando de Entendimento nos termos do qual foi atribuído um apoio de € 4.000.000,00 para um Programa que visa a salvaguarda do património natural e cultural para as gerações futuras, sua conservação e promoção do acesso público, sendo designado como Operador do programa a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) através Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC).
- IV. O custo máximo total estimado elegível de implementação do projeto “Rotas de Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas” é de € 5.041.176,00 (cinco milhões, quarenta e um mil, cento e setenta e seis euros) sendo que a taxa máxima de contribuição do Projeto é de € 4.285.000,00 (quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil euros), não reembolsáveis.
- V. A taxa de cofinanciamento do projeto é de 85% dos respetivos custos elegíveis, comprometendo-se o Promotor do Projeto a suportar o valor máximo de € 756.176,00 (setecentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e seis euros), correspondente aos restantes 15,00%, resultante da diferença entre o custo total estimado elegível de implementação do projeto “Rotas de Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas” (€ 5.041,176) e a taxa máxima de contribuição do Projeto (€ 4.285.000).
- VI. O projeto aprovado no âmbito do Programa Conservação e Revitalização do Património Cultural e Natural, para ser beneficiário do financiamento em Portugal, foi o projeto denominado **Rotas Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturas**, apresentado pela Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad.



- VII.** A Associação Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad é uma associação de direito privado com carácter público, sem fins lucrativos, que tem por fim uma atuação conjunta, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica e que pretende conjugar a valorização histórica e patrimonial com a promoção turística.
- VIII.** Tal Associação celebrou em 27 de junho de 2014 com a Direção Regional de Cultura do Centro um contrato definidor dos termos e das condições de execução e financiamento do projeto *Rotas Sefarad: Valorização da Identidade Judaica Portuguesa no Diálogo Interculturais*, contrato esse doravante abreviadamente designado por contrato-projeto.
- IX.** Nos termos de tal contrato – que constitui o Anexo A ao presente contrato e dele faz parte integrante – a Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad é o Promotor do Projeto e, por isso, terá que executá-lo cumprindo todos os deveres a que se obrigou perante o Operador do Programa sendo que, para tanto, deverá celebrar com os parceiros do projeto Contratos de Parceria.
- X.** O Município de Vila Nova de Paiva é um dos parceiros do projeto no âmbito da recuperação da antiga Sinagoga de Vila Cova à Coelheira, envolvendo a criação de um centro de memória judaica, pelo que importa formalizar tal colaboração estabelecendo-se os termos e condições em que se desenvolverá tal parceria, clarificando as obrigações recíprocas das partes.
- XI.** Nos termos das alíneas r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RJALEI) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete às câmaras municipais em parceria com entidades da administração central apoiar programas e projetos de interesse municipal, bem como lhes compete assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico dos respetivos municípios.
- XII.** A Câmara Municipal de Vila nova de Paiva, na sua reunião ordinária que teve lugar no dia 6 do mês de fevereiro de 2015 aprovou a minuta do presente contrato de parceria e autorizou a realização da despesa a ele inerente.

Entre:

▪ **PRIMEIRO OUTORGANTE: ASSOCIAÇÃO REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – ROTAS SEFARAD**, associação com carácter público mas de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 17 de março de 2011, com alteração de estatutos em 26 de agosto de 2013, pessoa coletiva registada com o número 509 801 811, com sede no Museu Histórico de Belmonte, Centro de Estudos Judaicos Adriano Vasco Rodrigues, Rua de Portel, n.º 4, 6250 Belmonte, aqui representada



pelo Presidente da Direção, **António Pinto Dias Rocha**, doravante também abreviadamente designada como **Promotor**;

e

▪ **SEGUNDO OUTORGANTE:** **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE PAIVA**, pessoa coletiva de direito público registada com o número 506 809 323, aqui representado por **José Morgado Ribeiro**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, com sede na Praça D. Afonso Henriques, 3650-207 Vila Nova de Paiva, e em representação do Município nos termos da alínea f), do n.º 1, do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais e das entidades intermunicipais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante também abreviadamente designado por **Parceiro**;

É livremente e de boa-fé celebrado, nos termos e para os efeitos dos artigos 3.3. do *Programme Agreement* e 6.8 do Regulamento relativo à implementação do MFEEE 2009-2014, n.º 2 da cláusula 31.ª do Contrato de Projeto, o presente contrato de parceria que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente contrato tem como objeto a definição dos termos e condições da parceria entre os supra identificados outorgantes para a execução das seguintes atividades/ações, de entre as previstas no Anexo 1 do contrato junto como Anexo A, tendo em vista a **Recuperação da Sinagoga de Vila Cova à Coelheira**, envolvendo a criação de um centro de memória judaica.

2. O custo total da intervenção objeto do presente contrato de parceria estima-se no montante, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado, de **€ 47.058,82** (quarenta e sete mil, cinquenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), sendo que o financiamento máximo a atribuir pelo projeto pré-definido será de € 40.000,00 (quarenta mil euros), assumindo o restante o Município de Vila Nova de Paiva.

Cláusula 2.ª

Objetivos da parceria

O estabelecimento da parceria ora formalizada tem como objetivos gerais:

- a) Levantamento, investigação e sinalização dos vestígios de memória Sefardita Portuguesa;
- b) Desenvolvimentos dos conteúdos inerentes a um património material e imaterial alusivo à memória Judaica Nacional;
- c) O aproveitamento para a potencialização económica decorrente dos mesmos.

Cláusula 3.ª

Obrigações dos parceiros

1. No âmbito do presente contrato de parceria constituem obrigações do **Promotor**:

a) Dar cumprimento às obrigações assumidas no Contrato de Financiamento pelo Promotor junto com Anexo 1, no âmbito das ações referidas na cláusula 1.ª, bem como prestar todas as informações necessárias para que o cumprimento das restantes obrigações assumidas no mesmo instrumento contratual;

b) Prestar, a todo o tempo, todas e quaisquer informações e documentos solicitados para o acompanhamento sistemático da execução do contrato de parceria, com vista a, designadamente, assegurar a boa gestão da comparticipação financeira e a monitorização da realização das atividades/ações objeto do presente contrato;

c) Cumprir os objetivos definidos no presente contrato de parceria;

d) Dar cumprimento às obrigações contraídas no contrato de financiamento junto como Anexo 1, assegurando-se que possui os documentos e informações necessários e obrigatórios;

e) Assegurar, exercendo os seus poderes de controlo, superintendência e tutela a boa gestão de todas as ações/atividades em que se decompõe o projeto/programa;

f) Acompanhar a execução física e financeira do presente contrato de parceria;

g) Verificar todos os documentos de prestação de informação e de contas relativos ao objeto do presente contrato.

2. No âmbito do presente contrato de parceria constituem obrigações do **Parceiro**:

a) Manter na sua propriedade os imóveis comprados, construídos, renovados, reconstruídos ou por qualquer forma intervencionados no âmbito do presente projeto por um período mínimo de 5 anos a contar da data do final da intervenção realizada, contabilizando-se para o efeito o auto de receção provisória da obra ou, nos casos de receções parciais, do último auto de receção provisória da obra;

b) Manter, relativamente aos imóveis indicados na alínea anterior, e por um período mínimo de 5 anos após a cessação da intervenção nos termos da alínea anterior, uma utilização compatível com as finalidades do programa;

c) Manter seguros os imóveis referidos na alínea a), pelo menos, por um período de 5 anos após a cessação da intervenção nos termos da aludida alínea;

d) Alocar e manter alocados, sem possibilidade de cabimentação ou de compromisso para quaisquer outros projetos, os recursos necessários à manutenção dos imóveis referidos na alínea a) por um período mínimo de 5 anos após a cessação da intervenção, nos termos da referida alínea a);

e) Assegurar o financiamento das operações e intervenções a realizar, sem prejuízo do seu posterior reembolso nos termos do contrato projeto e demais instrumentos do Programa;

f) Assegurar uma total colaboração com o Promotor do Projeto e com o Operador do Programa, tendo em vista um adequado controlo do projeto, nos termos da cláusula 17.º do contrato projeto celebrado entre a Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC) e a Rede de Judiarias de Portugal;

g) Designar como perito ou consultor, nos termos do disposto no artigo 68.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), um elemento a indicar pelo Promotor do Projeto, nos júris dos procedimentos a realizar no âmbito do presente contrato;

h) Observar as regras que regem a contratação pública, não podendo ser realizados procedimentos de ajuste direto com convite a menos do que 3 entidades;

i) Cumprir as datas de execução previstas, assegurando, em qualquer caso, que as intervenções são integralmente realizadas até ao dia 30 de Abril de 2016, e assegurar os e montantes excedentes aos valores comparticipados no âmbito do projeto pré-definido.

3. O Parceiro compromete-se a assegurar uma total colaboração com o Operador nos termos da cláusula 17.ª do contrato projeto celebrado entre a DRCC e a Rede de Judiarias de Portugal.

4. O Parceiro designará como perito ou consultor, nos termos do disposto no art.º 68.º do CCP, um elemento a indicar pelo Promotor nos júris dos procedimentos a realizar no âmbito do presente contrato.

Cláusula 4.ª

Propriedade e direitos de utilização e fruição do equipamento

1. O equipamento a construir e parcialmente objeto do projeto será propriedade do Município de Vila nova de Paiva, integrando o seu domínio patrimonial.

2. O Município de Vila Nova de Paiva cederá gratuitamente a utilização e fruição ocasional do equipamento ao Promotor.

3. O Promotor não poderá utilizar o edifício/equipamento para fins diferentes dos previstos no presente contrato ou ceder a respectiva gestão, fruição ou utilização a outrem sem a prévia autorização do Município.

Cláusula 5.ª

Dúvidas e omissões

As dúvidas e os casos omissos do presente contrato serão resolvidos por mútuo consentimento e acordo das partes.

Cláusula 6.ª

Vigência e produção de efeitos

1. O presente contrato vigorará até 30 de Abril de 2016, e sem prejuízo das obrigações assessorias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O presente contrato produz efeito no dia a seguir ao da respetiva assinatura.

Cláusula 7.ª

Alterações ao contrato

Qualquer alteração ou adaptação pelos Outorgantes dos termos ou resultados previstos neste contrato-programa tem que ser precedida de prévia celebração da respetiva adenda, bem como da submissão, se necessária, às entidades legalmente competentes que na matéria se devam pronunciar e que poderão condicionar a alteração ou adaptação em causa.

8

Cláusula 8.^a

Resolução

1. O incumprimento de qualquer uma das partes das obrigações assumidas neste contrato confere, nos termos gerais do direito, à parte cumpridora o direito de o resolver.
2. Para efeito do disposto no número anterior considera-se incumprimento definitivo por qualquer das partes se, notificada pela parte cumpridora, a parte faltosa não sanar a sua atuação incumpridora no prazo de 15 dias úteis, contados nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.
3. A resolução terá lugar no prazo de 8 dias úteis após o conhecimento dos factos que a justifiquem, através de comunicação escrita adequadamente fundamentada.

Cláusula 9.^a

Cessação

O presente contrato de parceria cessará:

- a) Pela ocorrência do termo do seu período de vigência;
- b) Por acordo entre as partes;
- c) Por resolução nos termos definidos na cláusula 8.^a.

Cláusula 10.^a

Legalidade da despesa

O encargo financeiro decorrente do presente contrato está previsto nas Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor para o ano de 2015 sob o código 2/242/2010/4, ação 9.

Cláusula 11.^a

Regulação e controlo

As atividades/ações do Município de Vila Nova de Paiva executadas no âmbito do presente contrato de parceria estão sujeitas ao controlo do Promotor do Projeto e do Operador do Programa.

Cláusula 12.^a

Comunicações e notificações

Todas as comunicações/notificações entre as partes serão efetuadas para as respetivas moradas indicadas no introito, pelo que qualquer alteração nos contactos deve ser comunicada pelos mesmos meios à outra parte.

Cláusula 13.^a

Imposto de selo

O presente contrato está isento de imposto de selo por força do disposto no n.º 1, na alínea s) do n.º 3, ambos do artigo 3.º e alínea a) do artigo 6.º, todos do Código do Imposto de Selo.

Cláusula 14.^a

Publicidade

Este contrato de parceria será publicitado no Boletim Municipal, se existir, e nos sítios da Internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e da Primeira Outorgante.



O presente contrato de parceria, escrito em sete folhas de uma face e lavrado em duplicado, foi lido e achado conforme, e rubricado e assinado pelos representantes dos outorgantes, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

Feito em Vila Nova de Paiva, aos **16** dias do mês de **fevereiro** de **2015**

Pelo Município de Vila Nova de Paiva

Pelo Promotor do Projeto

José Morgado Ribeiro

(Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova
de Paiva)

António Pinto Dias Rocha

(Presidente da Direção da Associação Rede de
Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad)

REDE de
JUDIARIAS
de PORTUGAL